

# PROTAGONISTAS OU COADJUVANTES: CARLOTA E OS ESTUDOS FEMINISTAS

Albertina de Oliveira Costa

Fundação Carlos Chagas

*O texto sinaliza as armadilhas que têm capturado os estudos feministas, que em seu afã de resgatar da sombra a presença feminina vêm transformando as mulheres em protagonistas permanentes do processo histórico.*

"A maior glória para uma mulher é que não se fale dela, disse Péricles, que foi um dos homens de quem mais se falou."

(Virginia Woolf)

As mulheres não se parecem com os estereótipos que delas se constroem. Se hoje não restam dúvidas a este respeito e há unanimidade em torno da afirmação, ela, no entanto, se torna problemática quando aplicada ao passado.

Investigar a atuação de mulheres em outras épocas é um empreendimento árduo, delicado e cheio de riscos. Meu propósito aqui é refletir sobre as emboscadas que espreitam a tarefa dos investigadores que se dedicam ao estudo de mulheres em épocas passadas — sobre os perigos que rondam naquele domínio que se convencionou chamar de história das mulheres — e sobre os dilemas que têm enfrentado. Tomo como ponto de partida o estudo que realizei sobre a trajetória de Carlota Pereira de Queiroz, médica brasileira que veio a se tornar a primeira deputada no país (anos 30 do século XX).

As dificuldades inerentes à tarefa são inúmeras e de variada ordem e, para não me cingir a um inventário de queixas e reclamações, vou deixar de lado obstáculos externos e procurar focalizar as dificuldades e problemas intrínsecos aos estudos feministas,

isto é, aqueles trabalhos que surgiram e se desenvolveram na esteira da crítica realizada pela vaga de mobilizações dos anos 70 ao androcentrismo das ciências humanas. São estudos que respondem a desafios e interrogações de ordem ideológica, que tornaram manifesta uma premência das mulheres por uma história que as incorporasse. Em face da convicção de que a presença do sexo feminino fora apagada da História, urgia resgatá-la. Eu gostaria de me deter justamente sobre as dificuldades e problemas da operação resgate.

Vencidas as batalhas iniciais de legitimação, mesmo que todos obstáculos ao reconhecimento da área de estudos da mulher não estejam removidos, o longo caminho percorrido e o razoável acervo de conhecimento acumulado permitem hoje que se tente um balanço dos progressos alcançados e dos enganos cometidos e que se procurem caminhos que apontem para a superação dos impasses criados pela estratégia inicialmente adotada de focalizar, se não exclusivamente, pelo menos excessivamente as mulheres.

As primeiras tarefas decorrentes dos desafios lançados pelo movimento feminista diziam respeito à necessidade de provar a efetiva presença de mulheres em acontecimentos passados assim como a possibilidade de escrever esta história (delas).

Concentraram-se esforços em dar visibilidade a uma presença que estava encoberta, escondida, mascarada, oculta, em chamar a atenção para o fundo da cena, em dar voz a um grupo silenciado, em reencontrar feitos perdidos. Este esforço inicial foi coroado de sucesso. As mulheres emergiram para o interesse científico. Essa visibilidade foi sem sombra de dúvida uma conquista.

No entanto, como resultado da prioridade absoluta concedida à mulher, os estudos inaugurais, tanto nacionais como estrangeiros, tenderam a incorrer nos riscos de duas simplificações opostas mas similares, a da vitimização e da heroização das mulheres.

Se, por um lado, a ênfase na opressão, na subordinação, na discriminação, nas injustiças e nas violências de que as mulheres eram alvo as cristalizou num estatuto de vítimas eternas, por outro a busca encarniçada da contribuição do sexo feminino para com a humanidade tendeu a transformar as mulheres em protagonistas permanentes da cena social, embora mais uma vez e mesmo assim, vítimas do esquecimento ou do deliberado ocultamento.

A tentativa de se reconstruir um passado heróico para as mulheres foi freqüentemente irresistível. E a operação de resgate da presença feminina correu por diversas vezes fortes riscos de tornar autônoma a história das mulheres.

O silêncio pode e deve ser um assunto; torna-se necessário formular questões a seu respeito, construir uma problemática em torno dele, indagar por que a presença do sexo feminino foi apagada da memória histórica.

As mulheres foram escamoteadas, a experiência feminina não foi expressa em uma narrativa que a articulasse e lhe conferisse sentido, por falta de narrador. No último quartel do século XX, quando se equaciona esta questão, já estão reunidas condições para enfrentá-la, já existe um razoável contingente de mulheres educadas e, dentro dele, um número suficiente de mulheres adestradas no ofício de historiador que se dispõem a empreender tal narrativa.

Falta, no entanto, enquadramento teórico para apoiar tal iniciativa. O ocultamento das mulheres tende a ser visto apenas como resultado de uma conspiração misógina.

Cria-se toda uma celeuma a respeito das fontes, obstáculo intransponível, uma vez que a condição do resgate são as pistas deixadas. Procedeu-se então mais que a um exame crítico da documentação, a uma denúncia das fontes colocadas sob suspeição por serem de autoria masculina. Embora o fato de observadores e escrivães terem sido do sexo masculino e muito freqüentemente no estado eclesiástico possa dificultar a tarefa, este dado não a inviabiliza. Não é por falta de fontes que não se escreveu a história das mulheres. Michelle Perrot (1984) lembra que a qualidade da documentação relativa ao sexo feminino é muito variável segundo as épocas de acordo com re-

giões, temas e assim por diante. É verdade que os gestos e afazeres usuais das mulheres não são de natureza a chamar normalmente a atenção dos observadores e tendem portanto a não estar registrados. Não existem, no entanto, fontes primárias alternativas. Temos que nos contentar com os meios de que dispomos. São necessários a vigilância e o escrutínio rigoroso, o confronto de fontes e a crítica da documentação. Perrot (1984) alerta para o caráter enviesado das fontes: "constantemente interpeladas e exortadas pelas autoridades morais e religiosas, as mulheres são alvo de um discurso normativo que, insistindo naquilo que deveriam ser, contribui para mascará-las". É preciso perscrutar os interstícios dos discursos normativos, segundo Riot-Sarcey (1988), juntar fragmentos, fazer colagens, segundo Dias (1992). O olhar sobre as mulheres é mediatizado e é necessário decifrar a natureza desta mediação.

O problema está menos nas fontes, que por natureza são opacas, do que nas perguntas que são feitas. As dificuldades residem menos na documentação e no olhar do observador que a elaborou do que em alguns pressupostos e preconceitos subjacentes ao olhar contemporâneo que se dirige de uma perspectiva engajada para as mulheres no passado.

Os estudiosos parecem estar dotados de uma capacidade infinita, ao mesmo tempo, de deslumbramento e de decepção com as descobertas que fazem a respeito de suas antepassadas. Se existe, por um lado, a tendência a descobrir rebeladas por toda a parte, omitindo que as práticas não se conformam aos códigos, por outro, esta tendência é contrabalançada por um crivo anacrônico de rebelião. Anacrônico porque moldado e referido por critérios atuais, das feministas de hoje, do que sejam conformismo e rebeldia. Nesse sentido o problema dos estudos feministas é que lançam mais uma vez um olhar prescritivo sobre as mulheres.

Questões mais complexas dizem respeito ao fato de as mulheres como grupo social terem tido uma experiência única, fundamentalmente diferente, que requer a criação de um campo disciplinar próprio para sua análise. Para uma discussão aprofundada e bem-sucedida deste ponto crucial, remeto a Joan Scott (1988), autora que defende a utilização de uma categoria analítica, o gênero, concebida como a reelaboração cultural de diferenças sexuais que fundamentaria historicamente a construção de hierarquias sociais. A categoria gênero teria a ambição maior de atravessar e interrogar todos os campos disciplinares sem reivindicar um território próprio. Trata-se, portanto, de um instrumento de crítica, de desconstrução e reconstrução dos discursos disciplinares.

Joan Scott reconhece, entretanto, a persistência da tensão entre separatismo e integração. O foco nas mulheres ou nas relações entre sexos corre o risco de perpetuar o confinamento do sexo feminino a uma esfera separada que tradicionalmente lhe foi atribuída. A narrativa especializada se faz à margem, no capí-

tulo agregado. A busca de integração na história social enfrenta a ameaça de dissolver a importância da relação entre sexos numa multiplicidade heteróclita de determinações sociais de classe, raça, etnia, idade, relegando as mulheres a notas e pés de página.

O dilema permanece desafiando mesmo os que não são adeptos da corrente da História das Mulheres.

### **Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982)**

Existe uma foto hoje razoavelmente difundida, graças ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que a utilizou em cartazes e como ilustração de folhetos, que mostra o plenário da Assembléia Nacional Constituinte em 1934. Essa foto é exemplar: nela sobressai a figura de uma mulher, usando chapéu e vestida de cores claras contra um fundo indiferenciado de homens em ternos sóbrios. Contraste claro-escuro. A figura sobressalta porque é diferente, única. A luminosidade que a torna central também sugere a pergunta, o que faz aqui uma mulher? Que caminhos levam uma mulher à inusitada escolha de entrar numa arena até então vedada ao seu sexo? Mas, por outro lado, cabe indagar se a deputada teve na Assembléia a importância que tem na foto. A leitura dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte sugere uma presença bem mais discreta.

Carlota Pereira de Queiroz viveu um momento de profundas transformações na situação social das mulheres e foi protagonista de acontecimentos que ampliaram os horizontes da experiência social do sexo feminino.

Foi médica e deputada. Enfrentou os obstáculos que se antepunham à realização dos anseios de atuação pública das mulheres com energia e tenacidade. Ao nascer, em 1892, as barreiras que impediam o acesso das jovens brasileiras à instrução superior já haviam ruído formalmente. É ainda no século XIX, em 1887, que a primeira mulher, Rita Lobato, obtém o grau de médica no Brasil. Mas, se a partir de 1879 deixaram de existir entraves legais à formação universitária feminina, o caminho das carreiras de prestígio continuava árduo e estreito e apenas um número muito restrito de mulheres conseguia percorrê-lo. Uma forte desigualdade social e de sexo manifestava-se em todos os níveis de educação formal. A educação superior era um assunto exclusivo de elites; as estatísticas do início do século sugerem que os obstáculos à entrada das mulheres na universidade eram quase intransponíveis. Em 1907, para 2455 homens inscritos em faculdades encontramos apenas 32 mulheres; destas, 31 se concentram na área médica, que englobava os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, concentração reveladora de que, uma vez atingido o nível superior de ensino, esta área seria uma escolha mais apropriada para moças.

Carlota Pereira de Queiroz pertencia a uma família que valorizava, dentro de limites, a instrução moderna para as mulheres. O hábito de proporcionar uma educação de qualidade para moças não era generalizado entre as famílias da elite paulista, embora não fosse excepcional. No entanto, se sua origem social a credenciava teoricamente para o acesso à instrução superior, na prática as oposições foram fortes e Carlota teve que se empenhar muito para realizar sua aspiração de tornar-se médica, o que terminará por fazer através de um percurso oblíquo. Aos 17 anos obtém o diploma de professora na Escola Normal de São Paulo, e com a relativa autonomia que lhe proporciona seu salário no exercício de uma profissão, já então considerada condizente com a condição feminina, é que conseguirá estudar Medicina, inicialmente em São Paulo e mais tarde no Rio de Janeiro. Nesse trajeto, apesar de sua tenacidade e perseverança e apesar do brilho de seu desempenho como estudante, Carlota Pereira de Queiroz não esteve totalmente isolada: as colegas na Escola Normal, assim como no magistério, eram muitas; na Faculdade de Medicina, algumas poucas: teve duas companheiras de classe em São Paulo e cinco no Rio. Delas Carlota vai se diferenciar por receber prêmios de excelência, por continuar suas pesquisas e por exercer ininterruptamente sua profissão prefigurando, na década de 20, um padrão de mulher profissional interessada em sua carreira que só viria a se generalizar muitos anos mais tarde.

Talvez seja interessante assinalar, no itinerário escolar da menina Carlota, que, entre as boas escolas da rede pública paulista que freqüentou, viveu, embora não tivesse apreciado, um experimento pedagógico precursor no Jardim-de-Infância da Escola da Praça, onde uma enérgica educadora norte-americana, miss Browne, aplicava a então revolucionária metodologia de Froebel.

O desejo pela profissão que escolheu pode ter sido despertado em Carlota por uma médica belga, mlle. Renotte, de quem ainda criança presenciou uma consulta, descobrindo maravilhada que os médicos podem ser mulheres. Havia mulheres, embora estrangeiras, exercendo medicina no Brasil. É bem mais difícil encontrar modelos que possam ter inspirado sua motivação para a vida política.

É o fato de ter sido a primeira mulher a ser eleita para o Legislativo no Brasil que torna a experiência de Carlota Pereira de Queiroz absolutamente única.

Aos poucos o mundo da instrução e o do trabalho remunerado vão se abrindo para as mulheres: todavia, na década de 30, o mundo da política ainda lhes é adverso e impermeável.

A urbanização e a industrialização acarretaram transformações sociais que estavam alterando radicalmente o estatuto das mulheres brasileiras de todas as classes sociais. Essas mudanças também estão na raiz do primeiro ciclo de mobilizações feministas que,

nas décadas iniciais do século, agitaram as mulheres educadas nos principais centros urbanos do país.

Embora seu perfil se assemelhasse em muitos pontos ao das militantes feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e ela própria fosse uma ardorosa defensora dos direitos e das conquistas das mulheres, a dra. Carlota não se sentiu atraída por este tipo de mobilização, que considerava segregacionista e pouco eficaz com vistas aos fins a que se propunha.

Paradoxalmente será a primeira beneficiária da conquista da cidadania política pelas mulheres brasileiras que, depois de décadas de descontentamento e de mobilização, vêem reconhecido seu direito de votar e de ser eleitas pelo código eleitoral de 24/2/1932. Código que respondia tanto às exigências paulistas de retorno à legalidade democrática quanto aos reclamos tenentistas de saneamento das notórias irregularidades que ocorriam nos pleitos anteriores.

Na primeira metade do século o eleitorado brasileiro era exíguo: estima-se que em 1910 englobava no máximo 2,5% da população, porcentagem que sobe lentamente e atinge 6,5% em 1940. Assunto reservado a poucos, a capacidade eleitoral não parece ter entusiasmado muito as mulheres. Foram raras as que se alistaram, apenas 15% dos inscritos no Rio de Janeiro. Certamente a dra. Carlota não pode ter contado com o apoio de um eleitorado feminino, embora se beneficiasse indiretamente com a celeuma levantada em torno da emancipação de seu sexo.

São Paulo dispunha de 22 cadeiras na Câmara que foram disputadas por 95 candidatos. A dra. Carlota Pereira de Queiroz teve sua eleição praticamente assegurada ao concorrer a uma vaga pela Chapa Única, frente eleitoral que congregava em São Paulo facções divergentes que a Revolução Constitucionalista de 1932 transformou em aliadas: o Partido Republicano Paulista, o Partido Democrático, a Liga Eleitoral Católica e a Associação Comercial de São Paulo. A Chapa Única elegeu 17 dos 22 deputados por São Paulo, entre eles a dra. Carlota, que ocupava uma boa posição na lista eleitoral pelo fato de seu nome ter sido indicado por dois grupos integrantes da frente. A eleição de uma mulher tem a ver com razões de política regional.

Carlota Pereira Queiroz torna-se uma figura emblemática — sua inserção na lista eleitoral em posição vantajosa o confirma — da igualdade política entre os sexos, princípio programático da Chapa Única e lamentavelmente ausente dos programas dos outros partidos políticos. Por um lado, tinha o poder de angariar votos, era um nome conhecido por sua atividade na Revolução Constitucionalista, quando organizou o Departamento de Assistência aos Feridos; por outro lado, o fato de ser uma profissional, com formação universitária, poderia contrabalançar, na concepção

dos políticos seus contemporâneos, as eventuais desconfianças suscitadas em relação à capacidade feminina no desempenho de atividades políticas.

Descendente de uma família de políticos, Carlota Pereira de Queiroz se qualifica por méritos próprios para entrar na arena política. Torna-se a única mulher brasileira a participar de uma assembleia constituinte até a recente eleição de 1986, quando foram eleitas 26 deputadas, ainda que esse número continue representando escassos 5% da Câmara que elaborou a Constituição de 1988. Solitária entre os 254 constituintes de 1934, dos quais 214 foram eleitos diretamente e 40 eram representantes classistas escolhidos indiretamente por organizações de empregadores e sindicatos, Carlota Pereira de Queiroz dedicou-se a questões de sua especialidade, foi membro da Comissão de Educação e Saúde, interessou-se pelas políticas de atenção à mulher e à família. Promulgada a Constituição, foi reconduzida ao cargo em outubro de 1934.

Carlota Pereira de Queiroz foi afastada da vida pública pelo golpe de 1937 e por sua postura de firme oposição ao varguismo, retomando uma bem-sucedida carreira de médica em São Paulo, depois de ter desbravado com seriedade, sobriedade e competência uma nova fronteira de atuação para as mulheres.

Única, a nossa primeira deputada é a um só tempo desbravadora e apagada. Protagonista e coadjuvante — protagonista enquanto explora e alarga os limites dos espaços permitido às mulheres das camadas dominantes, coadjuvante enquanto evolui num discreto segundo plano no cenário político, esboçando um estilo feminino de atuação política. Transgressora ao se dedicar à política, conformista no modo de fazê-lo.

Carlota pode ser pensada como sujeito e narrada como agente de transformação social dentro de uma particular conjuntura da história política brasileira. Mas não foi uma heroína contestadora e nem tampouco uma vítima conformada. Foi ora protagonista, ora coadjuvante. Foi diversas coisas a um só tempo.

O discurso feminista deveria, como sugere Sonia Correa (1992), ampliar o repertório de seu imaginário histórico para além das bruxas e trabalhadoras, mera contrapartida da representação masculina de ordem e desordem que vê as mulheres como santas ou pecadoras.

O ofício de resgatar as mulheres do lugar de exclusão em que se encontram será tão mais rico e enriquecedor quanto mais nos aproximarmos do olhar agnóstico em direção ao passado que recomenda Carlo Ginzburg, e muito mais esclarecedor quando abandonarmos a leitura do passado por intermédio de classificações rígidas, complementariedades simétricas, pares de oposição simples em benefício das articulações, das zonas fronteiriças de indefinição e das ambigüidades e contradições.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- CORREA, S. Relações de gênero nos sertões de Minas. Recife, 1992. (mimeo)
- DIAS, M. O. S. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A., BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- FARGE, A. Pratique et effets de l'histoire des femmes. In: PERROT, M. (org.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Marseille: Rivages, 1984.
- PERROT, M. *Une Histoire des femmes est-elle possible?* Marseille: Rivages, 1984.
- RIOT-SARCEY, M. Les Sources du pouvoir, l'évènement en question. *Les Cahiers du GRIF*, n.37-8, p.25-40, 1988.
- SCOTT, J. W. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.
-